FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

APOSTILAMENTO

APOSTILA Nº 004/2017 - FISP

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, através do Fundo de Investimento de Segurança Pública, no uso das atribuições que lhe foram delegadas, e com base no § 8º do art. 65 da lei nº 8.666/93, registra a alteração da Fonte de Recursos da cláusula décima do Contrato nº 47/2016-FISP, que tem como origem o Processo Licitatório nº 2016/70865 na modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2016-FISP, celebrado com a empresa TRIASA COMERCIAL LTDA - EPP, que passará de 0141, para 0341.

Belém, 08 de fevereiro de 2017.
BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA
Diretora e Ordenadora de Despesas do FISP

Protocolo: 145098

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 141/2017 - CGP/SUSIPE BELÉM, 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).
RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar o óbito do preso ALEX FERREIRA FURTADO, custodiado na Carceragem de Parauapebas, ocorrido no dia 03.09.2016, quando internado no Hospital Municipal de Parauapebas.

II - Designar ROSANGELA REBELLO DA SILVEIRA PINTO, Assessora, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO
Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício

Protocolo: 145153

PORTARIA Nº 128/2017 - CGP/SUSIPE BELÉM, 30 DE JANEIRO DE 2017.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).
RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar a tentativa de fuga de 18 (dezoito) presos, ocorrida no dia 06/09/2016 no Centro de Detenção Provisória de Icoaraci - CDPI.

II - Designar FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 145134

PORTARIA Nº 138/2017 - CGP/SUSIPE BELÉM, 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).
RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar o óbito do preso JOÃO MARIA NASCIMENTO SENA, custodiado no Centro de Recuperação do Coqueiro - CRC, ocorrido no dia 20/01/2017, quando internado na Unidade Pronto Atendimento de Icoaraci.

II - Designar ROSANGELA REBELLO DA SILVEIRA PINTO, Assessora, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício

Protocolo: 145142

PORTARIA Nº 139/2017 - CGP/SUSIPE BELÉM, 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado em exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).
RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar a liberação indevida da presa GEISSIMAR DO EGITO, custodiada no Centro de Reeducação Feminino - CRF, ocorrida em 06/12/2016.

II - Designar FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício

Protocolo: 145146

PORTARIA Nº 140/2017 - CGP/SUSIPE BELÉM, 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, em exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).
RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor YZHAN THADEU NOGUEIRA LIMA, acerca da fuga do preso BENEDITO FÁBIO COUTINHO DE ALMEIDA, pertencente à população carcerária da Central de Triagem Metropolitana I - CTM I, ocorrida no dia 27/12/2015, quando internado no Hospital Pronto Socorro do Guamá. Ressalta-se que o servidor incorreu, em tese, no ilícito administrativo descrito no artigo 177, inciso VI, c/c art. 189, todos, da Lei nº 5.810/1994 - RJU.

II - Constituir Comissão composta pelos servidores JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Procurador Autárquico do Estado, Presidente, ANDRÉ EPIFÂNIO MARTINS, Procurador Autárquico do Estado, Membro, e FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo, Membro.

III - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício

Protocolo: 145151

PORTARIA Nº 142/2017 - CGP/SUSIPE BELÉM, 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).
RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar os fatos narrados no Ofício nº 295/2016-NDDH, de 21.09.2016, envolvendo a presa EMANOELI LOBATO FONSECA, custodiada no Centro de Reeducação Feminino em Ananindeua.

II - Designar ANDRÉ EPIFÂNIO MARTINS, Procurador Autárquico, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício

Protocolo: 145155

APOSTILAMENTO

3º APOSTILAMENTO ao CONVÊNIO nº 008/2014, firmado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ- SUSIPE e CIAL COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, cujo objeto é absorção de mão-de-obra carcerária.

O objeto do presente Apostilamento é a alteração da CLÁUSULA QUINTA, na qual passa a constar o seguinte:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS E DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Aditivar o valor de repasse dos recursos descrito no Plano de Aplicação, passando o valor total do Convênio para o montante de R\$ 2.181.003,60 (dois milhões cento e oitenta e um mil três reais e sessenta centavos) em razão da alteração do valor do salário mínimo vigente para o ano de 2017, cujo valor base é de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

As demais cláusulas do referido Convênio permanecem inalteradas.

Belém, 31 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Protocolo: 145221

1º Apostilamento ao CONVÊNIO nº 006/2016, firmado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ- SUSIPE e SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA, cujo objeto é absorção de mão-de-obra carcerária.

Constitui objeto do presente Apostilamento alterar a CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS E DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA, conforme consta a seguir:

- Aditivar o valor de repasse dos recursos descrito no Plano de Aplicação, passando o valor total do Convênio para o montante de R\$117.051,48 (cento e dezessete mil e cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos), em razão da alteração do valor do salário mínimo vigente para o ano de 2017, cujo valor base é de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) e em razão do reajuste da tarifa de ônibus, cujo valor base é R\$ 3,10 (três reais e dez centavos).

As demais cláusulas do referido Convênio permanecem inalteradas.

Belém, 31 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Protocolo: 145100

1º APOSTILAMENTO ao CONVÊNIO nº 007/2016, firmado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ- SUSIPE e A C2A SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA EIRELI, cujo objeto é absorção de mão-de-obra carcerária.

Constitui objeto do presente Apostilamento alterar a CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS E DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA, conforme consta a seguir:

- Aditivar o valor de repasse dos recursos descrito no Plano de Aplicação, passando o valor total do Convênio